

INFORMANDO

Por Lucas Rocha

STF aprova união gay em sessão histórica



Supremo decide que não há mais no país diferença entre as relações estáveis de heterossexuais e homossexuais

Decisão dá segurança jurídica em relação a direitos como herança e compartilhamento de planos de saúde

Simpatizantes da causa gay (na foto ao lado) comemoraram resultado do julgamento do Supremo na avenida Paulista, na noite de ontem

FELIPE SELIGMAN - DE BRASÍLIA

Em julgamento histórico, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, de forma unânime, que não há diferença entre relações estáveis de homossexuais e heterossexuais. Os ministros disseram que ambas formam uma família. A decisão dá a

casais gays segurança jurídica em relação a direitos como pensão, herança e compartilhamento de planos de saúde, além de facilitar a adoção de filhos.

Mesmo assim, os casais podem ter de ir à Justiça para ter tais direitos reconhecidos. Em São Paulo, um grupo de cerca de 150 foi até a avenida Paulista para comemorar. O local é palco da maior parada gay do mundo. Também é um local onde vários homossexuais já foram agredidos.

O texto formal da decisão, chamado de acórdão, não tem prazo para ser publicado, mas o resultado do julgamento já vale a partir de hoje. O documento será redigido pelo relator, para quem a decisão engloba todos os direitos.

AÇÕES

Em dois dias de julgamento, o tribunal superior julgou procedente duas ações que pediam a equiparação das uniões homoafetivas à união estável entre heterossexuais. Uma foi movida pelo governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), que incorporou a bandeira após instituir pensão a companheiros de servidores gays no Estado. A outra foi movida pela Procuradoria Geral da República.

Sete ministros disseram que casais gays têm os mesmos direitos e deveres, sem ressalva. Assim votaram o relator, Carlos Ayres Britto, e os colegas Luiz Fux, Cármen Lúcia, Joaquim Barbosa, Ellen Gracie, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello. "Por que homossexual não pode constituir uma família? Por força de duas questões que são abominadas pela Constituição: a intolerância e o preconceito", afirmou Fux.

Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso, apesar de reconhecerem a união gay como uma família, fizeram algumas ressalvas.

Peluso, por exemplo, afirmou que a decisão não encerra todos os temas, que precisarão ser regulamentados pelo Congresso Nacional. "A decisão convoca o Legislativo para colaborar com o Supremo Tribunal Federal", disse.

"A equiparação [entre casais homossexuais e heterossexuais] é para todos os fins e efeitos, mas o legislativo está livre para fazer o que quiser. Foi um abrir de portas para a comunidade homoafetiva, mas não um fechar de portas para o Poder Legislativo", afirmou o ministro Ayres Britto, ao final do julgamento.

Diferentemente de sessões recentes, como o caso da Lei da Ficha Limpa, repleto de discussões e impasses, ministros concordaram entre si e criaram clima de vitória histórica. Alguns se emocionaram, como Ayres Britto e Luiz Fux, que até embargou a voz.

Presentes na plateia, representantes da comunidade gay se mostraram satisfeitos com a posição dos ministros. Ainda no primeiro dia de julgamento, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), por exemplo, aplaudia silenciosamente cada frase dita pelo relator no voto inicial.

O único ministro que não participou do julgamento foi José Antonio Dias Toffoli, que estava impedido por ter atuado no caso quando ainda era advogado-geral da União.

Aristocracias e celebridades (CONTARDO CALLIGARIS)

1) NO VERÃO de 1962, passei um fim de semana na ilha de Wight, no barco de John Wheeler, um cabinado de 24 pés, fabricado em 1908, com um motor tossegoso. John, 62, livreiro em Londres, contou que, em 1940, com aquele barco, ele atravessara o canal da Mancha para salvar soldados do Exército inglês,

que estava sendo decimado pelos bombardeios alemães, na praia francesa de Dunkerque.

Ao ser informado da situação pelo rádio, ele tinha saído mar adentro, na noite. No canal, outros marinheiros do domingo navegavam no escuro, como ele, rumo à costa francesa. Nem todos voltaram.

John contara a história para elogiar o barco, que dera conta do recado. Quando louvei sua coragem, ele minimizou: "Se o rei (George 6º, o mesmo de "O Discurso do Rei") e a rainha ficavam no palácio de Buckingham durante os bombardeios, bem que eu podia encarar umas bombas para trazer nossos moleques para casa".

Lembrei-me disso na semana passada, quando me perguntaram: para quê serve um rei que nem governa? Pois é, a realeza (e a aristocracia, em geral) poderiam servir para lembrar que, às vezes, é melhor perder a vida do que perder a compostura e a dignidade.

2) Nos anos 70, fui convidado a uma caça à raposa na Normandia (França). Em tese, aceito caçar só animais comestíveis, mas sou bom cavaleiro e quis fazer a experiência. Depois de duas horas, eu e outro cavaleiro estávamos atravessando um bosque (desconhecido) num bom galope, quando ouvimos, pela direita, os trombeteiros anunciando "la vue" (ou seja, eles estavam enxergando a raposa).

Fomos com tudo e, na corrida, pulamos um muro de pedra de menos de um metro. Meu cavalo enrijeceu: do outro lado do muro, escondido, abria-se um barranco. Levantei nos estribos, fechei as pernas e puxei as rédeas para que o cavalo se apoiasse na boca. Tive sorte: meu cavalo caiu de joelhos, mas se levantou na hora, comigo em cima. O outro deu uma cambalhota e deixou seu cavaleiro imóvel, no chão. No fim do dia, havia quatro traumatizados graves, e alguém perdera um olho, arrancado por um galho.

Perguntei ao amigo que me convidara se ele não achava preocupante essa porcentagem de feridos. Ele me respondeu, sério, que era inferior à dos mortos franceses na batalha de Agincourt (na qual, em 1415, combatera um antepassado ilustre de sua família).

Entendi assim: o que importava ao meu amigo não era a raposa, e o que importava ao seu antepassado não era a batalha de Agincourt. Para ambos, o que importava era dar prova (ao mundo e a si mesmos) de seu desprendimento da vida.

3) Na "Fenomenologia do Espírito" (1806), Hegel explicava que o mestre é aquele que não hesita em encarar a morte, e o servo é sobretudo escravo de seu próprio desejo de sobreviver. À primeira vista, isso valeria para o mundo antigo, em que bandidos e cavaleiros destemidos erravam pelas terras de camponeses aterrorizados. Mas a definição era também profética: hoje, somos todos servos da vontade de viver mais. Tentamos brilhar por riqueza, competência ou boa saúde -ou seja, pelo sucesso em nosso apego à vida. O que nos deixa uma certa nostalgia do mestre antigo, que desafiava a morte.

4) O dr. Drew Pinsky anima "Celebrity Rehab", uma espécie de "BBB" da TV americana, no qual pessoas famosas, para se curar de suas graves adições, internam-se numa clínica repleta de câmeras e microfones. O programa é duvidoso, mas, em 2009, Pinsky publicou "The Mirror Effect" (o efeito espelho, HarperCollins), cuja tese central diz que a fama não torna ninguém doente, o que acontece é o inverso: muitos se tornam celebridades graças à sua doença. É assim: os indivíduos que sofrem de transtornos narcisistas são inseguros, vazios e dispostos a qualquer coisa para serem conhecidos e reconhecidos. "Qualquer coisa" inclui adições pesadas e condutas de alto risco.

Essas celebridades constituem um novo tipo de aristocracia: uma aristocracia ao avesso. A antiga era feita, em tese, de homens tão fortes que não se importavam em morrer. A nova parece ser feita de homens tão fracos que eles estão dispostos a morrer para mendigar um pouco de atenção.

5) A nostalgia do mestre antigo e de seu desprendimento da vida pode idealizar uma outra figura, além da "celebrity" drogada e suicida: o homem-bomba. Mas me despedirei de Bin Laden na quinta que vem.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, maio de 2011.

POR DENTRO DA CARECA

PARCELA DOS SKINHEADS QUER DESMISTIFICAR ESTIGMA DE RACISTAS

ANNA VIRGINIA BALLOUSSIER - DE SÃO PAULO

ESTÁ NA CARA. Com cabeça raspada e fama de brigão, skinhead virou sinônimo de encrenca nas ruas paulistas. Está também nos pés. Para amarrar o coturno (aquela bota preta, estilo militar), o universitário Pedro*, 19, usa cadarços vermelhos.

Na cultura skinhead, a cor é bandeirada para a violência. "Todos brigam. É a lei de qualquer skinhead", diz. Sim, eles batem e apanham pela causa. Alguns, contudo, lutam para mostrar que, apesar da cabeleira tosada a máquina zero, têm algo na cabeça quando o assunto é direitos humanos.

É o caso do S.H.A.R.P., sigla em inglês para "skinheads contra o preconceito racial". Essa parcela combate o skin preconceituoso, que traz má fama ao movimento. Skinheads são nacionalistas, fãs de futebol, quase sempre vêm de classes baixas e mantêm visual parecido. Mas o grupo contrário ao

preconceito quer honrar o "skin original" - nascido da convivência entre imigrantes jamaicanos e o proletariado inglês, nos anos 60.

A cultura hoje é associada à vertente neonazista, avessa a gays, negros e nordestinos. Em São Paulo, os lados rivais costumam duelar na rua Augusta e nas imediações de algumas estações do Metrô. Carlos*, 16, ganhou uma cicatriz no nariz após golpe de soco inglês. "Estava com um amigo negro. Eles [neonazis] falaram que sou loiro de olhos verdes, não devia andar com um macaco."

Discutir sobre nazismo e fascismo nunca foi tabu na casa do escritor David Vega, 22. Movido pela curiosidade, ele passou dois anos imerso na cultura skinhead, "para pesquisar". A experiência rendeu "Cadarcos Brancos". No livro de 2010, um personagem narra o "êxtase indescritível" de ler "Mein Kampf" (minha luta), a "Bíblia nazista" de Hitler. David - que nunca foi skin - concluiu que a rixa entre os "cabeças-raspadas" tem paralelo à briga entre torcidas de futebol. "Assim que você veste uma camisa, está indo contra a outra." Mas as subdivisões no movimento podem ser nebulosas. Veja o caso de Pedro, o dos cadarcos vermelhos. Ele se diz um "skin reggae". Respeita sobretudo a raiz jamaicana da cultura.

Ao mesmo tempo, revolta-se por não poder ostentar por aí seu "orgulho de ser branco". "Tenho que ter vergonha de ser quem sou."

* Nomes fictícios - Folha de São Paulo, maio de 2011.

Desarmamento e o papel do Estado (PAULO PIMENTA)

O EPOSÓDIO OCORRIDO na escola do Rio de Janeiro, em Realengo, reacendeu o debate sobre o desarmamento no Brasil. Lamentável que fatos dessa natureza só pautem o Congresso Nacional e a mídia quando do acontecimento de grandes tragédias. A necessidade de uma resposta rápida à opinião pública impede, muitas vezes, uma abordagem qualitativa do assunto.

É possível estabelecer uma política pública com a construção de um cenário de mais segurança, paz e tranquilidade ao cidadão. No entanto, seria um equívoco imaginar que uma ou outra medida, isoladamente, possa representar uma solução definitiva. Além de debater o desarmamento, há um cronograma de ações que deve ser percorrido, como o controle das fronteiras, a unificação dos sistemas de registro de armas e munição e o rastreamento de armas.

Na CPI do Tráfico de Armas e na CPI da Violência Urbana, da Câmara, identificamos, com apoio da Polícia Federal, os 17 pontos mais vulneráveis à entrada de drogas, armas e munição no país. Comprovamos que a Lei do Abate - que permite à FAB neutralizar aeronaves que entram no espaço aéreo brasileiro sem autorização - provocou mudança substancial no "modus operandi" dos grupos criminosos, que passaram a usar mais intensamente rotas terrestres.

Essa substituição da rota não foi compreendida com amplitude, tanto que o país carece do desenvolvimento de política específica de controle dessas fronteiras, a partir da integração dos diversos setores do Estado. Entretanto, sabe-se que esse controle é um problema de alta complexidade, que precisa respeitar as especificidades de cada uma das divisas brasileiras.

A unificação dos sistemas de cadastramento de armas e munições é outro ponto a ser perseguido. Não há justificativa razoável para o Brasil manter ativos dois mecanismos: o Sistema Nacional de Armas, gerenciado pela PF, e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, sob responsabilidade do Exército, um resquício da ditadura.

A existência de duas modalidades dificulta a atividade policial, a identificação da origem das armas e o rastreamento. O rastreamento, aliás, é chave para o sucesso do trabalho investigativo, pois permite a compreensão das rotas percorridas por armas e munições.

E por que a identificação das armas, por chip ou numeração interna, e das munições não é adotada? Pois há forte resistência da indústria armamentícia. Boa parte das armas e munições exportadas, que movimentam milhões de dólares, representa mercados não oficiais. Um sistema de identificação reduziria a oportunidade de negócios à indústria nacional de armas, que conta com vasta convivência para preservar seu interesse comercial.

Ao perceber que o Estado age com determinação para controlar as fronteiras e desarmar criminosos, o cidadão se sentirá mais estimulado a ser protagonista do processo de desarmamento, compreendido como uma solução integrante do envolvimento da sociedade numa política mais ampla e consistente por parte das autoridades governamentais.

PAULO PIMENTA, jornalista, é deputado federal (PT-RS). Foi relator da CPI do Tráfico de Armas e da CPI da Violência Urbana na Câmara dos Deputados. **Folha de São Paulo, maio de 2011.**

Infância roubada (ROSELY SAYÃO)

UMA JOVEM mulher escreveu pedindo orientação. Ela contou que tem pouco mais de 30 anos, e o marido, quase 70. Juntos tiveram uma filha, hoje com quatro anos. Ela quer saber como preparar a garota para o luto do pai.

Uma outra tem um filho de seis anos que frequenta uma escola em que o primeiro ano do ensino fundamental é tratado de forma cuidadosa, segundo inclusive a orientação do MEC, já que as crianças ainda estão na primeira infância. Apesar de perceber o quanto o filho se desenvolve brincando na escola, ela tem uma dúvida que não a deixa em paz.

Ela pensa que, já que a partir do segundo ano os estudos terão de ser levados com mais seriedade pelo filho, talvez seria melhor a escola cobrar mais das crianças desde o primeiro ano. Por isso, fica na dúvida se não deveria colocar o filho em uma escola que já fizesse isso, mesmo sabendo que o garoto adora ir para a escola atual e que ela colabora bastante para o desenvolvimento de seu potencial.

Essas duas mulheres, que trazem questões aparentemente tão distintas, nos mostram como temos tratado as crianças pequenas.

Temos nos ocupado tanto com seu futuro que esquecemos que elas têm um presente que precisa ser vivenciado, explorado, vivido até as últimas consequências. Aliás, antes de tudo, vamos lembrar que a maneira como vivemos o presente ajuda a desenhar o traçado do futuro. Será que, porque o destino da criança é crescer, precisamos fazer com que isso aconteça o mais rapidamente possível? Não faz o menor sentido pensar e agir assim. Seria a mesma coisa pensar que, já que vamos mesmo morrer, não faz o menor sentido viver, não é verdade?

Vamos, mais uma vez, tentar aplicar o mesmo raciocínio à vida adulta. Um profissional sabe que, para alcançar uma meta desejada na carreira, terá de, em um futuro próximo, realizar um trabalho de alguns meses em outro país. Ele sabe também que isso acarretará um afastamento da família por esse período.

Por acaso julgaríamos sensato se ele pensasse que a maneira de amenizar esse tempo de afastamento seria começá-lo a praticar desde já, meses antes de o fato acontecer?

Claro que não. Ao contrário: se pudéssemos dar algum conselho a ele, diríamos o oposto: "Aproveite o convívio familiar o máximo que puder antes de viajar". É ou não é verdade isso? E por que, justamente com as crianças pequenas, praticamos a insensatez de empurrá-las em velocidade cada vez maior para um futuro que só podemos imaginar como será?

Vai ver a infância nos incomoda, porque mostra que o nosso futuro já não é tão amplo quanto gostaríamos que fosse: já vivemos parte dele. Ou então já não lembramos mais que a maioria dos adultos chegou onde chegou tendo vivido calmamente a sua infância, sem grandes preparações para o futuro. E isso faz com que a gente tente atropelar a infância de quem hoje é criança.

Ou será que queremos roubar a infância de nossas crianças porque não sabemos o que fazer com elas, porque elas atrapalham a nossa vida presente?

Sim: a filha da primeira leitora citada terá de, algum dia, passar pelo luto da perda do pai. Aliás, da mãe também e de muitos outros entes queridos. Em que ordem? Não sabemos. Por que, então, começar a matar desde já o seu pai se ele está bem vivo ao lado dela?

O filho de nossa segunda leitora também terá de enfrentar maiores responsabilidades a partir do próximo ano letivo. Então, por que não deixar que aproveite, brincando muito, o último ano da primeira parte de sua infância? A criança deve ter o direito de ser criança enquanto pode. Deveríamos, todos, defender essa causa.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha). **Folha de São Paulo, maio de 2011.**

Precisamos cuidar deles (MARION MINERBO)

LOGO DEPOIS do massacre de Realengo, falou-se em aumentar a segurança nas escolas e em limitar a venda de armas, para evitar novas tragédias. Curiosamente, não li nada sobre a necessidade de ampliar a rede de atendimento em saúde mental.

A doença mental é determinada por vários fatores. Para a psicanálise, o ambiente familiar disfuncional secreta carga intensa de violência emocional. Invisível a olho nu, o bullying começa em casa. E, quanto mais sutil, mais destrutivo. Como a radiação que vaza de usinas nucleares, a carga tóxica afeta a autoestima da criança para sempre.

O bullying ostensivo na escola é consequência disso. Para sobreviver num ambiente enlouquecedor, o psiquismo mobiliza defesas que se manifestam como sintomas. Estes devem ser controlados com medicação. Mas o tratamento da doença mental exige um ambiente que seja, em si, terapêutico. Se as dificuldades emocionais surgem nas relações com pessoas, é nas relações com pessoas que podem ser tratadas.

Essa é a proposta do Centro de Atenção Psicossocial. O Caps oferece um espaço de convivência

protegido e oficinas terapêuticas, além de medicação e psicoterapia.

Ali, os usuários partilham o cotidiano com outros pacientes e jovens psicólogos capacitados a ajudá-los a dar sentido a seu sofrimento. O tratamento acontece de forma espontânea, em meio às atividades, pois o cotidiano é organizado para oferecer tempo, espaço e meios para a expressão dos conflitos.

A humilhação, que é a pior das dores, precisa encontrar espaço de acolhimento. Isso é fundamental, porque não dá para viver sem um mínimo de amor próprio. Muitas vezes, a pessoa só vê duas saídas: suicídio ou homicídio.

A dor psíquica envergonha e cala as pessoas, que se escondem do mundo. Por isso, pode ser invisível para o leigo. Mas ela é evidente para o profissional da saúde mental que convive diariamente com os pacientes. Isso lhe permite indicar internação nos momentos em que há risco de vida para si ou para outros.

Se estivesse em tratamento numa comunidade terapêutica, Wellington poderia ter encontrado outra saída para o impasse em que se encontrava. Em vez disso, caiu na rede de comunidades virtuais, que põs lenha na fogueira.

Não adianta tapar o sol com a peneira: o massacre de Realengo é sintoma da precariedade da rede de saúde mental. Ela tem de estar mais presente e acessível. Precisamos cuidar dos Wellingtons que estão por aí, antes que seja tarde.

MARION MINERBO, psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, é autora de "Neurose e Não-Neurose" (Casa do Psicólogo). marion.minerbo@terra.com.br

Maconha, uma planta medicinal (RENATO MALCHER LOPES)

HOUVE ÉPOCA em que o uso de determinadas plantas medicinais era considerado bruxaria, e às almas das bruxas restava receber benevolente salvação nas fogueiras da Inquisição. Atualmente, o estigma que a maconha carrega faz, para muitos, soar como blasfêmia lembrar que se trata, provavelmente, da mais útil e bem estudada planta medicinal que existe.

Pior, no Brasil, se alguém quiser automedicar-se com essa planta, mesmo que seja para aliviar dores lancinantes ou náuseas insuportáveis, será considerado criminoso perante uma lei antiética, sustentada meramente por ignorância, moralismo e intolerância.

Apesar de sua milenar reputação medicinal ser inequivocamente respaldada pela ciência moderna, no Brasil, a maconha e seus derivados ainda são oficialmente considerados drogas ilícitas sem utilidade médica. Constrangedoramente, acaba de ser anunciado, na Europa e nos EUA, o lançamento comercial do extrato industrializado de maconha, o Sativex, da GW Pharma.

Enquanto isso, nossa legislação atrasada impede tanto o uso do extrato quanto o uso da planta in natura ou de seus princípios isolados.

Consequentemente, pessoas em grande sofrimento são privadas das mais de 20 propriedades medicinais comprovadas nessa planta.

Um vexame para o governo brasileiro, já que, em países como EUA, Canadá, Holanda e Israel, tais pessoas poderiam, tranquila e dignamente, aliviar seus sofrimentos com o uso da maconha e ver garantido seu direito de fazê-lo com o devido acompanhamento médico.

Ingeridos ou inalados por meio de vaporizadores (que não queimam a planta), os princípios ativos da maconha podem levar ao alívio efetivo e imediato de náuseas e falta de apetite em pacientes sob tratamento quimioterápico, de espasmos musculares da esclerose múltipla e de diversas formas severas de dor - muitas vezes resistentes aos demais analgésicos.

Pesquisas recentes indicam também o potencial da maconha para o tratamento de doença de Huntington, do mal de Parkinson, de Alzheimer e de algumas formas de epilepsia e câncer. A redução da ansiedade e os efeitos positivos sobre o estado emocional são valiosas vantagens adicionais, que elevam sobremaneira a qualidade de vida dessas pessoas e, por conseguinte, seus prognósticos.

A maconha não serve para todos: há contraindicações e grupos de risco, como gestantes, jovens em crescimento e pessoas com tendência à esquizofrenia. Em menos de 10% das pessoas o uso descontrolado pode gerar dependência psicológica reversível. Mas, ponderados riscos e benefícios, para a grande maioria das pessoas, a maconha continua a ser remédio seguro.

A biotecnologia brasileira tem todas as condições para desenvolver variedades com diferentes proporções de princípios ativos, reduzindo efeitos colaterais e aumentando a eficácia das plantas (ou de seus extratos) para cada caso.

Indiferente, contudo, à ciência e à ética médica, a atual legislação brasileira sabota nossa pesquisa básica, clínica e biotecnológica nessa área de ponta e impede por completo a exploração assistida das preciosas e baratíssimas propriedades medicinais dessa planta.

É hora de virar esta página carcomida pelo obscurantismo e pelo desdém com o sofrimento humano, fazendo valer não apenas direitos fundamentais dos indivíduos mas também as próprias diretrizes da Política

Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que, segundo o Ministério da Saúde, tem por objetivo: "garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional".

RENATO MALCHER LOPES, neurobiólogo, mestre em biologia molecular e doutor em neurociências, é professor adjunto do departamento de fisiologia da Universidade de Brasília e coautor, com Sidarta Ribeiro, do livro "Maconha, Cérebro e Saúde".
Folha de São Paulo, maio de 2011.

SEXO & SAÚDE

Bullying não é o único vilão em assassinatos (JAIRO BOUER)

OS VÍDEOS e cartas divulgados após o assassinato de 12 crianças na escola municipal Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro, confirmaram que o autor da chacina, o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira, havia sido vítima de bullying quando estudava no local.

Em outros crimes desse tipo que aconteceram nos EUA, os autores dos tiros também se declaravam vítimas de bullying na infância e na adolescência.

Mas só o bullying não explica os crimes. Transtornos de personalidade, distúrbios mentais ou surtos psicóticos (em que a pessoa perde o contato com a realidade ou a percebe de uma forma diferente) são os botões que disparam a ação final dos criminosos.

Por isso, além de investir em práticas em casa e na escola que diminuam a ocorrência do bullying, é importante que os jovens que tenham alterações de comportamento súbitas ou crônicas sejam estimulados a procurar uma avaliação e o acompanhamento de um psiquiatra ou de um serviço de saúde mental.

E quais são as mudanças de comportamento mais comuns? Retração excessiva, aversão ao contato com outras pessoas, frases desconexas, risos imotivados, sensação ou ideia permanente de perseguição, agressividade desmedida, impulsividade incomum, semanas ou dias seguidos sem querer sair de casa e fases de desânimo alternadas com euforia excessiva, entre muitas outras. Enfim, alterações que chamam a atenção!

É fundamental evitar as violências físicas e morais que acontecem dentro e fora da escola, até porque elas atrapalham a formação das redes sociais e emocionais dos jovens. Quem sofre bullying pode carregar as cicatrizes para o resto da vida.

Mas também é muito importante que amigos, professores e parentes fiquem de olho aberto para as mudanças de comportamento que muita gente pode ter ao longo de sua vida.

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, maio de 2011.

Do batom vermelho no trabalho (LUIZ FELIPE PONDÉ)

MUITAS LEITORAS me perguntam se sou contra a emancipação feminina. Como alguém pode ser contra uma mulher fazer o que quiser da vida e se desenvolver livremente? Ser contra a emancipação feminina é como ser contra aviões ou computadores.

O que leva muitas leitoras a pensarem que sou contra a emancipação feminina é porque não poupo o feminismo de seus excessos teóricos e de sua desmedida negação ideológica dos sofrimentos que a emancipação causou.

Não acredito na afirmação de que a sexualidade seja mero fenômeno social (teoria de gênero na sua versão "hard"), sou darwinista até a última gota de sangue: acho que nossas fêmeas (não apenas elas) carregam sobre suas almas o peso de milhares de anos de adaptação a condições específicas de cada sexo.

Por exemplo, para que serviria um macho chorão e covarde, em meio à savana africana, se escondendo atrás de "sua" fêmea grávida, no momento em que um predador fosse comê-los como janta? Para nada. Provavelmente as mais inteligentes se recusaram a reproduzir com tais frouxos. E elas legaram às suas filhas essa percepção aguda contra o macho fracassado.

Resultado, as fêmeas da espécie não suportam homens pobres, fracassados e deprimidos, mesmo que mintam por aí dizendo o contrário, porque ficou bonitinho mentir para deixar todo mundo feliz. O pensamento público hoje em dia flerta com o jardim da infância. A mentalidade de classe média (covarde e mesquinha) devora a inteligência viril.

Lembro quando estava na sétima série do então "ensino fundamental", por volta de 1974. Estudava num colégio da elite branca de Salvador. Colégio jesuíta, que só tinha meninos. Naquele ano, os padres colocaram quatro meninas em cada classe. No ano seguinte, mais quatro. No seguinte, a sala estava cheia de meninas, todas lindas, pelo que me lembro. Com seus cabelos longos e cacheados.

Foi uma mudança cósmica. Novas hierarquias foram criadas. Os hábitos mudaram, passamos a brigar menos no recreio, não só o futebol contava, mas também com quem as meninas falavam. Quem comia o

lanche com uma delas estava no paraíso.

Quem ganhava um sorriso de uma delas virava celebridade. Grande parte dos meninos morria de medo de falar com elas. Chegar perto era um ato heroico porque a indiferença era como a morte.

Os grupos de trabalho em classe disputavam cada uma delas. Grupos só de meninos eram a assinatura do fracasso.

É assim que vejo a emancipação feminina: um presente para nosso cotidiano, na escola, no trabalho, nos aeroportos, nos congressos, nas ruas. Com suas saias, calças justas, saltos altos, batons vermelhos, elas pintam nosso cotidiano com o desejo. E, com o desejo, o clássico inferno da insegurança de cada um de nós.

Imagino o horror que era trabalhar numa universidade onde todo o corpo docente fosse apenas de homens e as classes fossem cheias de rapazes. Que tédio.

Ou uma empresa onde apenas homens trabalhassem. Como seria uma reunião sem uma colega de pernas lindas resolvendo problemas sérios com um toque de charme inigualável?

Claro, as mais chatinhas me acusarão de machista quando pareço "defender" a emancipação feminina porque gosto de ver o mundo do trabalho cheio de saias curtas e batons vermelhos. Podem achar, não ligo para o que elas pensam. Dirão que sou um egoísta. Será culpa da minha mãe?

O erro das mais chatinhas está em supor que a percepção da beleza feminina implica em exclusão da percepção da capacidade feminina. Não, a beleza feminina torna a parceria com as mulheres no trabalho um oásis em meio ao deserto da violência profissional cotidiana.

Outro erro é não perceber o escopo da beleza feminina no cotidiano do trabalho. A beleza feminina inclui uma série de fatores que vai do corpo à voz doce ao dizer "bom dia", das ancas à forma sutil com que elas enxergam coisas para as quais os homens são cegos, surdos e mudos, da "intuição feminina" ao erótico de ter "um chefe" mulher.

A vida sem Eros é uma vida menor. Um mundo só de homens é em branco e preto. Prefiro o batom vermelho na boca à burca no corpo.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, maio de 2011.

Os desafios do crescimento sustentável (AÉCIO NEVES)

O BRASIL CONQUISTOU, na primeira década deste novo século, avanços sociais e econômicos importantes. A desigualdade de renda vem caindo em um ritmo intenso, graças ao crescimento do emprego e à expansão dos programas sociais instalados e adensados no curso de diferentes governos.

Não teríamos chegado até aqui sem acabar com a inflação, sem reestruturar as dívidas de Estados e municípios e sem estabelecer uma política consistente de geração de superavit primários.

Da mesma forma, não aproveitaríamos a crescente demanda internacional por produtos brasileiros (agrícolas, pecuários, da indústria extrativa e petrolífera, entre outros) se não tivéssemos feito as reformas dos anos 90, entre elas a privatização, que atraiu novos capitais e tecnologias, democratizou serviços e aumentou a competitividade da indústria e da agricultura nacionais.

Alcançamos, agora, um patamar em que "mais do mesmo" é insuficiente para sustentar um necessário ciclo de novos avanços.

Há importantes desafios a serem vencidos e uma nova agenda a ser enfrentada. O primeiro deles, de médio prazo, que perpassa todos os demais, é recorrente: precisamos melhorar a qualidade da educação básica no Brasil.

É inconcebível que o destino de uma criança seja ainda determinado pelo local do seu nascimento e pela condição de renda da sua família. O amplo acesso à educação de boa qualidade é o único caminho para a transformação social, para a maior distribuição de renda e de oportunidades.

Nosso segundo desafio é fazer a reforma tributária. A sociedade não aceita mais a abusiva carga de impostos sobre assalariados e a produção e, na esfera dos Estados, a perversa guerra fiscal, que coloca em lados opostos aqueles que deveriam ser parceiros do processo de desenvolvimento.

O Brasil precisa reduzir o número de impostos, desonerar as exportações e o investimento produtivo, reduzir contribuições que incidem na folha de salários, melhorar a progressividade da arrecadação e rediscutir a repartição de recursos entre as esferas de governo.

Nosso terceiro desafio imediato é a redução gradual do gasto público, para que o Estado possa aumentar o investimento e avançar na agenda de desoneração tributária já mencionada.

No modelo atual, os gastos públicos mais relevantes estão sendo financiados pelo crescimento da carga tributária ou por um endividamento crescente do Tesouro Nacional, emblematicamente simbolizado pelos repasses de mais de R\$ 300 bilhões para o BNDES financiar obras públicas e privadas.

Nosso quarto desafio é a reforma do Estado. Não a incluo entre as nossas prioridades por mera preocupação fiscalista, mas para estabelecer mecanismos permanentes de avaliação da eficiência de políticas públicas, análise de custos e benefícios e melhoria da produtividade do setor público.

Sem esses instrumentos, os recursos já escassos tornam-se ainda mais insuficientes, gerando mais

demanda por mais impostos ou saídas estranhas, como a chamada "contabilidade criativa". Minas Gerais, assim como alguns outros Estados, nos mostra que a boa governança é o primeiro degrau para a superação do atraso social que vivemos, sem recorrer à sanha arrecadatória.

Acredito que esses são os primeiros itens da ampla agenda de trabalho a que precisamos responder para nos habilitarmos a uma trajetória de crescimento verdadeiramente sustentável. Fazer avançar essa agenda, com os olhos voltados para o futuro, nos exigirá escolhas difíceis e um profundo debate de propostas que o governo já deveria ter enviado ao Congresso Nacional. Os sinais na economia são claros. Até quando vamos esperar?

AÉCIO NEVES, economista, é senador pelo PSDB-MG. Foi governador de Minas Gerais (2003-2010), deputado federal pelo PMDB-MG (1987-1991), pelo PSDB-MG (1991-2002) e presidente da Câmara dos Deputados (2001-2002). **Folha de São Paulo**, maio de 2011.

Como reformar a educação (FERNANDO VELOSO)

UM TEMA RECORRENTE em estudos sobre política educacional é a busca de elementos comuns nas experiências de sucesso. Em 2007, um relatório da McKinsey analisou as características dos sistemas educacionais que costumam se destacar nas avaliações internacionais.

Embora tenha dado contribuição relevante para o debate sobre reforma educacional, uma limitação do estudo era o fato de se concentrar no estágio atual de países que atingiram a excelência. Para países que buscam melhorar seu desempenho, o mais importante é saber como percorrer a trajetória de baixa para elevada qualidade da educação.

Um novo relatório da McKinsey, "How the World's Most Improved School Systems Keep Getting Better", divulgado no final do ano passado, preencheu essa lacuna. O estudo analisou 20 experiências de reformas que conseguiram elevar o aprendizado dos alunos de forma significativa, dentre elas a de Minas Gerais.

A principal conclusão é que existe um padrão nas trajetórias de sistemas educacionais que tiveram sucesso em melhorar a qualidade do ensino de forma sustentada. No entanto, as características dessa trajetória mudam ao longo do tempo, dependendo do estágio de desempenho em que o sistema educacional se encontra. No caso de sistemas educacionais com nível de aprendizagem muito baixo, o principal objetivo é estabelecer e assegurar um patamar básico de qualidade da educação para todos os alunos.

Isso envolve o estabelecimento de metas para as escolas, criação de incentivos para que as metas sejam atingidas e apoio a escolas e alunos com fraco desempenho.

Na medida em que a qualidade da educação aumenta, o progresso passa a depender mais de inovações que ocorrem ao nível da escola. Isso implica que, ao longo do tempo, o sistema educacional deve se tornar mais descentralizado e oferecer maior autonomia para diretores e professores. Para que isso funcione, a carreira de professor deve ser reestruturada para atrair candidatos muito qualificados.

Embora a responsabilização de gestores e professores esteja em todos os estágios da trajetória rumo à excelência em educação, sua forma muda ao longo do tempo.

Nos patamares mais baixos, a cobrança de resultados, em geral, é feita por meio de mecanismos de incentivos associados a metas de aprendizagem em leitura e matemática nas séries iniciais.

Na medida em que a qualidade aumenta e se consolida uma cultura de responsabilização, a avaliação torna-se mais abrangente e passa a incluir outras disciplinas, séries e elementos subjetivos.

Em resumo, esse novo relatório realizado pela McKinsey fornece lições valiosas para o Brasil e outros países que estão reformando seus sistemas educacionais.

FERNANDO VELOSO, 44, é pesquisador do IBRE/ FGV. **Folha de São Paulo**, maio de 2011.

Guerra dos sexos - Nos EUA, estudos neurocientíficos apoiam a separação de meninos e meninas nas classes dos primeiros anos do ensino fundamental

Durante o recreio, (na foto abaixo) os alunos brincam na escola do Bosque, em Curitiba (PR)

HÉLIO SCHWARTSMAN - ARTICULISTA DA FOLHA

O tema é explosivo. De um lado, está nossa intuição moral de que homens e mulheres são - ou, pelo menos, deveriam ser - iguais e o desejo de reverter alguns milênios de opressão machista. De outro, acumulam-se evidências científicas de que as diferenças biológicas entre machos e fêmeas vão muito além das anatômicas, afetando também a cognição.

Embora já tenhamos mais ou menos mapeado as áreas em que as diferenças se materializam com mais força, ainda não fomos capazes de transformar esses achados em princípios pedagógicos ou organizacionais de utilidade prática e disseminá-los. Parte da dificuldade está no tabu que ainda cerca



o tema, mesmo nos meios acadêmicos. Vale lembrar que uma das razões para a demissão de Larry Summers da reitoria de Harvard, em 2006, foi ele ter sugerido que o baixo número de mulheres em certos ramos da ciência poderia dever-se a diferenças naturais entre os sexos. Gostemos ou não, hoje sabemos que os níveis de exposição pré-natal a hormônios sexuais afetam a forma como o cérebro de meninos e meninas se organiza.

CÉREBROS DIFERENTES

Nos últimos anos, surgiram vários livros explorando as diferenças entre gêneros e propondo soluções mais ou menos milagrosas para resolver o que identificamos como "problema".

Um bom exemplar é "Why Gender Matters" (por que o gênero importa), do médico Leonard Sax, que faz uma defesa entusiasmada da separação por sexo nas escolas.

Sax é um conservador empedernido, daqueles que veem o sexo entre adolescentes como um mal em si e advogam pela palmada pedagógica (só para meninos). Ele também não hesita antes de exagerar no peso das evidências científicas, desde que isso sustente sua tese.

São pecados graves e que colocam o livro na prateleira das obras militantes, não na das científicas. Ainda assim, traz "insights" interessantes. Para Sax, a piora das escolas tem origem no fato de que a sociedade se tornou cega para as diferenças de gênero. Sem respeitar características próprias de cada sexo, o sistema educacional acaba prejudicando os dois.

Um exemplo: meninas amadurecem as áreas do cérebro envolvidas na escrita um pouco antes que meninos. Como hoje a alfabetização tem início no jardim de infância (quando a maioria dos garotos ainda não está pronta), eles acabam experimentando insucesso escolar precocemente, o que muitas vezes os marca como maus alunos para o resto da vida.

De modo análogo, o autor sustenta que é possível despertar o interesse das meninas pela matemática, enfatizando suas aplicações práticas em vez de seu caráter abstrato. Esse método, entretanto, não tem muito apelo para os meninos. Classes separadas são a resposta, diz.

É possível que Sax tenha razão, embora não com a veemência que pretende.

Uma revisão das escolas que fazem a separação por gênero, realizada em 2005 pela Secretaria de Educação dos EUA, conclui que existe "algum apoio à premissa de que a separação pode ser útil", especialmente quando se tem em vista resultados acadêmicos de curto prazo.

Mas ao contrário do que os entusiastas esperavam, não foram observadas diferenças no que diz respeito a gravidez precoce, performance na faculdade e bullying.

De toda maneira, o número de escolas públicas nos EUA oferecendo classes separadas por sexo vem crescendo. Elas passaram de 11, em 2002, para 540, em 2009.

Folha de São Paulo, maio de 2011.

Foi correta a operação norte-americana para matar Osama Bin Laden? NÃO

"V" de Vingança (JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ)

BARACK OBAMA, presidente dos Estados Unidos, conseguiu capturar Osama bin Laden no domingo passado. Quem executou a operação foram integrantes de uma tropa criada para realizar operações secretas. O Paquistão, país onde Bin Laden estava abrigado, não foi avisado das ações americanas.

"A justiça foi feita", afirmou Obama em seu pronunciamento após a ação. Para comemorar tal "justiça", milhares de pessoas saíram às ruas e aclamaram seu presidente como um herói; diversos líderes mundiais afirmaram que essa é uma "vitória contra o terror". Mas trata-se mesmo de justiça? Ou a ação dos EUA deve ser considerada como mera vingança? Justiça e legalidade não se confundem: não vou tratar aqui da legalidade da operação. A execução de Bin Laden não gerou protestos significativos na comunidade internacional. O desrespeito à soberania do Paquistão, a aplicação de uma pena sem processo judicial, o segredo da operação, nada disso parece tão importante diante do objetivo final.

Os fins justificariam os meios, portanto? Processo judicial, sentença formal, Estado de Direito: esses conceitos seriam apenas tecnicidades? A resposta é clássica e antiga: devemos desconfiar do poder e submetê-lo a fiscalização constante. A história ensina que os poderosos abusam de sua posição.

Um poder sem controle pode degenerar em autoritarismo: basta que a definição do justo se torne privilégio de um pequeno grupo de pessoas. Devemos desconfiar de Obama como desconfiávamos de Bush, ex-presidente dos EUA. Todo poderoso precisa ser vigiado, pois não estamos diante de uma luta do bem contra o mal. Trata-se apenas de um Estado nacional que agiu com fundamento em seu Direito interno, sem

a anuência clara da comunidade internacional, para levar adiante uma ação secreta e unilateral.

Não é razoável que o presidente dos EUA tenha o poder de decidir unilateralmente quem deve viver e quem deve morrer ao redor do mundo. E pouco importa que a execução de Bin Laden seja considerada "justa" pela opinião pública ou que venha a desestimular ações terroristas. A questão não é essa.

É preciso discutir quem deve ter o poder de tomar decisões assim e qual deve ser o procedimento a ser seguido. Diante do ocorrido, não seria surpresa descobrir que agentes americanos estejam no Brasil investigando a suposta ligação entre membros de organizações terroristas e a comunidade árabe local.

Haverá mais mortos em nome dessa justiça? É sabido que, na esfera internacional, o Estado de Direito ainda é uma utopia distante. Nessa esfera, tem prevalecido o realismo do poder, que não se deixa limitar pelos agulhões do Direito e fala em nome da justiça em toda e qualquer ocasião. Nesse registro, "justiça" passa a ser sinônimo de "opinião dos poderosos".

E não há novidade alguma em constatar que eles ajam dessa forma, disputando o poder em detrimento do Estado de Direito. A novidade está em acreditar que o mundo deva ser assim. A novidade está em transformar essa triste realidade em uma regra que permita classificar a ação dos EUA como justa sem que haja protesto algum.

O autoritarismo nasce falando em nome da justiça, com o objetivo de fazer o bem. Mas sem permitir que a sociedade influencie seus atos, tomando decisões em fortalezas secretas, vigiadas por guardas armados. Para o bem da democracia, é fundamental que Obama ponha um ponto final na guerra ao terror e passe a combatê-lo em regime de normalidade, ao lado da comunidade internacional.

Nesse caso, será mais fácil aceitar que ele use a palavra "justiça".

JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ, mestre em direito pela USP, doutor em filosofia pela Unicamp, é professor, editor da revista "Direito GV", coordenador de publicações da Escola de Direito da FGV-SP e pesquisador do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. **Folha de São Paulo, maio de 2011.**

Foi correta a operação norte-americana para matar Osama Bin Laden? SIM

Havia base legal e moral para matá-lo (JORGE ZAVERUCHA)

NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2001, a organização Al Qaeda perpetrou uma série de ataques em solo norte-americano. Desde então, os EUA estão em contínua guerra de legítima defesa contra essa organização.

A Al Qaeda continuou a atingir novos alvos americanos, afora as ações que foram desmanteladas pelas forças de segurança dos EUA. Nada mais apropriado, à luz do Direito internacional, que os EUA possam atacar seu inimigo sem pedir licença a ele. Afinal, Osama bin Laden estava abertamente planejando novos ataques contra alvos civis e militares. Alijá-lo da disputa era uma questão de salvar vidas inocentes -e não apenas norte-americanas. Nas Torres Gêmeas, em Nova York, faleceram pessoas de várias nacionalidades, bem como nos atentados em Madri, em 11 de março de 2004, e no metrô de Londres, em 7 de julho de 2005.

Localizado o esconderijo de Bin Laden, a escolha que o presidente dos EUA tinha a fazer era entre duas alternativas: não tomar qualquer atitude efetiva ou fazer algo que poderia ser questionável, por alguns, em termos morais e legais. Creio que a decisão de Obama de usar a razão de Estado para atacar o esconderijo de Bin Laden foi mais satisfatória do que se nada tivesse feito. Como comprova a reação da população de seu país. A expressão razão de Estado significa o uso da força para a conservação do poder político e da segurança de determinada coletividade humana.

A corajosa decisão de Obama foi tomada em contexto de desconfiança sobre a lealdade do serviço de inteligência paquistanês (ISI). Sabe-se que o ISI esteve envolvido em ações terroristas perpetradas, na Caxemira, pelo grupo jihadista paquistanês Lashkar e-Taiba, além de estar amparando a insurgência talibã no Afeganistão.

O fato é que a operação "Geronimo" resgatou a credibilidade tanto da força especial como do serviço de inteligência norte-americano, até então desacreditados em operações dessa magnitude. O comando especial da Marinha (Seal) cumpriu a missão que lhe foi acreditada, usou grande poder de fogo, demonstrou acuidade e autoconfiança, além de não ter sofrido baixa humana.

A ação perpetrada contra Bin Laden reforça a nova doutrina de luta contra o terror iniciada por Israel. O governo israelense alega que não se deve fazer uma diferenciação entre o escalão político e o operativo ("militar") de uma organização terrorista. Quem decide deve também ser punido.

Essa foi a lógica usada para eliminar os líderes islâmicos Ahmed Yassin e Abdel Aziz Rantisi, cofundadores da organização Hamas. Tal lógica não foi bem recebida, na época, pela comunidade internacional. Mas, agora, com a morte de Bin Laden, parece ter ocorrido uma mudança de opinião.

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, demonstrou apoio à operação norte-americana,

e isso deve influenciar o Conselho de Segurança da ONU. Winston Churchill lembrava que "a coragem é a primeira das qualidades humanas porque é a que garante todas as demais".

JORGE ZAVERUCHA, doutor em ciência política pela Universidade de Chicago (EUA), é professor da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador do Instituto Nacional de Tecnologia/ Instituto de Estudos Comparativos em Administração de Conflitos. Publicou recentemente o livro "Armadilha em Gaza - Fundamentalismo Islâmico e Guerra de Propaganda contra Israel".
Folha de São Paulo, maio de 2011.

Dança da Morte (MALU FONTES)

NA SEMANA EM QUE FESTAS globalizadas em torno da Beatificação do Papa João Paulo II e do casamento real britânico ainda estavam com suas imagens frescas na retina dos telespectadores, eis que uma bomba sacode o mundo, extrapolando o impacto do ocidente rumo ao oriente e aos seus pedaços mais temidos pelas potências do mundo. O governo Barack Obama, finalmente, por volta da meia noite de domingo, deu cabo a uma caçada do seu país que já durava quase 10 anos: matou Osama Bin Laden, desarmado, segundo se anunciou, enfiando-lhe um tiro à queima-roupa na cabeça,, e em um lugar improvável em se tratando do terrorista mais procurado do mundo. O satã contemporâneo do ocidente estava onde menos se esperava. No sacrossanto espaço do lar, ao lado de filho e mulher e a pouquíssimos metros de uma base militar no Paquistão, a quem os Estados Unidos vêm dando generosos nacos de dólares para combater o terrorismo.

Para quem se acostumou, na última década, a ouvir relatos associando Osama Bin Laden a montanhas longínquas e inabitáveis do Paquistão e a cavernas do Afeganistão, o desfecho da caçada foi meio anticlímax. Para além da execução em si do homem apontado como o arquiteto dos atentados de 11 de setembro (2011), um marco histórico que redefiniu os modos de se estar no mundo, o aspecto da cobertura telejornalística que mais chamou atenção, pelo inusitado do fato, foram as imagens da população dos Estados Unidos, de norte a sul do país, e sobretudo em Nova York e em Washington, dançando nas ruas, cantando, comemorando vestida e pintada com as cores da bandeira, a morte de Bin Laden. Há de se convir que não é coisa muito normal assistir na TV, e não sob a forma de ficção, mas de realidade, uma festa cívica no país mais poderoso do mundo para celebrar o assassinato de um único homem. Parecia a comemoração de uma vitória bélica sobre uma outra nação e não sobre um único indivíduo.

O DIABO DO MUNDO - E agora que o diabo dos Estados Unidos morreu e, pelo que se anunciou, virou lanche de peixe no Mar da Arábia, quem será colocado em seu lugar? Sim, pois se tem coisa que os Estados Unidos precisam, sempre, é ter algo ou alguém para fazer o papel do diabo do mundo. Esse lugar já foi de Fidel, dos vietcongues e, principalmente, da União Soviética, durante toda a Guerra Fria. Sim, o espantinho de Muammar Kadafi ainda resiste na Líbia, mas assim como Obama tem agora um cadáver de diabo para chamar de seu e caminhar sobre a debilidade de Sarah Palin e Donald Trump nas próximas eleições, o presidente francês Nicolas Sarkozy também quer o seu para ficar bem nas urnas e já deixou as coisas claras quanto a Kadafi: esse cadáver é seu e ninguém tasca. Matar Kadafi é, hoje, para o Sarkozy político, tão ou mais importante que, para o Sarkozy homem, a confirmação das especulações da gravidez de sua Carla Bruni.

Embora logo após o anúncio da morte de Osama Bin Laden, Barack Obama tenha anunciado que o mundo agora é um lugar mais seguro, sabe-se que a equação da paz internacional não é tão simples assim. Os Estados Unidos tanto sabem que o terrorismo e suas organizações devem continuar sendo temidas que, durante toda a semana, as principais cidades e os pontos estratégicos do país tiveram seus alertas de segurança elevados para o grau máximo. Nesse contexto, a festa cívica nas ruas para comemorar a morte de Osama pode ter, e já teve, efeitos miraculosos nos índices de aprovação popular de Obama e, conseqüentemente, nos índices eleitorais. Mas pode também ser uma forma de atrair ainda mais a ira ilimitada das organizações terroristas que nunca negaram ter como profissão de fé varrer do mundo o que chamam de imperialismo americano.

MALUF - Em tempos em que a guerra entre países tende a dar lugar a guerras de gente, movidas pela intolerância, pelo fundamentalismo e pelo radicalismo cego, celebrar, cantar e dançar a morte de um terrorista pode não ser a melhor forma de reação. Por mais que o defunto representasse até domingo o diabo vivo do mundo, comemorar morte e assassinato não deixa de ter um quê de medievalismo. E, assim como para os ditos civilizados a versão corrente do medievalismo é uma loura com chapéu de cowboy dançando e gritando, enrolada numa bandeira na Times Square aos gritos de "iúéssêi" (USA), para os fundamentalistas, o medieval customizado é um avião cheio de gente e combustível explodindo edifícios e seres humanos em nome de causas cegas. Diante dessa alegria e festa toda para comemorar a morte de Osama, se Paulo Maluf fosse americano certamente diria algo do tipo: mata, mas não comemora. Mesmo porque, pode ser cedo.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 08 de maio de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com